



“CAPITAL SOCIAL”: SOLUÇÃO PARA OS MALES DO CAPITALISMO MUNDIALIZADO?¹

Vânia C. Motta*

Resumo

Esse artigo debate sobre a “teoria do capital social” como nova base ideológica das “políticas de desenvolvimento do milênio”. Na primeira parte apresentar-se-ão uma síntese da “teoria do capital social” desenvolvida por Robert Putnam e uma breve análise de sua abordagem apoiada em Gramsci, mais especificamente em sua obra “A Questão Meridional”, e em autores da atualidade. Numa segunda parte discorrer-se-á sobre as categorias ideologia e Estado-educador em Gramsci, com a finalidade de indicar as possíveis implicações política e cultural desse tipo de abordagem na atual conjuntura do capitalismo, tendo em vista a finalidade de educar para o conformismo. E, num terceiro momento, será tratado como os principais organismos multilaterais incorporaram elementos da “teoria do capital social” dentro de suas especificidades de orientação e de financiamento de políticas sociais.

Palavras-chave: Teoria; Capital Social; Ideologia; Estado-educador; Conformismo;

INTRODUÇÃO

O tema “capital social” entrou no debate acadêmico promovido pelas principais agências internacionais em meados da década de 1990, tendo em vista o reconhecimento do potencial do “capital social” em relação às possibilidades de habilitar setores pobres a participar e se beneficiar do processo de desenvolvimento², e amenizar as perversas conseqüências do processo de globalização dos mercados de “capitalismo dependente”³.

O tema emerge num contexto em que dados da realidade vão contrapor a tese difundida pelos entusiastas da globalização econômica de que com o mercado “livre” das amarras do Estado os benefícios do crescimento econômico seriam “derramados” por osmose aos setores desfavorecidos e os tirariam da pobreza – “teoria do derrame”⁴. Diante da conjuntura que indicava a infinita capacidade produtiva do novo padrão tecnológico de produção, constatava-se que a polarização entre países foi intensificada; a pobreza e a miséria não só aumentaram nos países “periféricos” como também foram globalizadas⁵; o mundo do trabalho foi precarizado, com perdas de direitos conquistados, com o aumento do desemprego estrutural e da informalidade.

Nos anos finais da década de 1990, o clima instalado de insegurança, de competição acirrada e de exacerbação do individualismo, e a série de crises econômicas em países de capitalismo dependente criaram tensões em nível mundial, resultando numa crescente onda antiglobalização. Diante desse quadro, setores dominantes chegaram à conclusão de que o fracasso da “teoria do derrame” estava colocando em risco a coesão social, nos planos nacional e internacional. A partir de então, vários encontros foram realizados entre setores políticos e econômicos para discutirem sobre essa possível ameaça de ruptura e sobre a necessidade de redefinir ações voltadas para administrar esse risco.

Do encontro da Cúpula Mundial sobre Desenvolvimento Social, em Copenhague, em 1995, ao encontro de Cúpula do Milênio da Organização das Nações Unidas, realizado em 2000, em Nova York, definiu-se um conjunto de políticas que foi denominado de Políticas de Desenvolvimento do Milênio (PDMs). Nesse conjunto de políticas sociais, as bases ideológicas de orientação são renovadas com a idéia de gerar “capital social” e a tese defendida é a de que as reformas econômicas devem incorporar também ajustes nas dimensões culturais e sociais.

Considerando a importância de se analisar os efeitos dessa teoria no contexto de um “capitalismo dependente”, no âmbito deste artigo, objetiva-se contribuir com o debate indicando elementos da “teoria do capital social” que foram incorporados nesse conjunto de políticas.

Na primeira parte, apresentar-se-ão uma síntese da “teoria do capital social” desenvolvida por Robert Putnam e uma breve análise de sua abordagem apoiada em Gramsci, mais especificamente em sua obra *A Questão Meridional*,⁶ e em autores da atualidade.

* Doutora em Serviço Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro; mestre em Educação pela Universidade Federal Fluminense; pedagoga, bolsista recém-doutora pela FAPERJ no Programa de Pós-graduação Políticas Públicas e Formação Humana (PPFH) da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), com a supervisão de Gandêcio Frigotto. E-mail: vaniacmotta@gmail.com.

Recebido para publicação em: 12/06/08.

Numa segunda parte, discorrer-se-á sobre as categorias *ideologia* e *Estado-educador* em Gramsci⁷, com a finalidade de indicar as possíveis implicações política e cultural desse tipo de abordagem na atual conjuntura do capitalismo, tendo em vista a finalidade de *educar para o conformismo*. E, num terceiro momento, será tratado como os principais organismos multilaterais – Banco Mundial (BIRD), Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), Comissão Econômica para a América Latina e Caribe (CEPAL) e Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) – incorporaram elementos da “teoria do capital social” dentro de suas especificidades de orientação e de financiamento de políticas sociais.

1 – O RESGATE DA “TEORIA DO CAPITAL SOCIAL” POR ROBERT PUTNAM

O termo “capital social” não é novo e possui vários significados. Enquanto “teoria”, o termo ganha, na contemporaneidade, notoriedade e uma roupagem nova a partir da obra de Robert Putnam (2002)⁸. Segundo D’Araújo (2003): “É uma nova roupagem para preocupações antigas que inquietam grande parte da população”⁹.

Para pesquisadores da área, trabalhar com a idéia de “capital social” introduz uma dimensão mais humanizada no processo econômico, isto é, pode tornar o capitalismo menos selvagem. Trata-se de uma abordagem que, de certo modo, desafia a própria lógica do modo de produção capitalista e incita questões do tipo: seria realmente possível introduzir uma dimensão mais humana numa lógica que prioriza o capital na relação de produção; em que as atividades e produtos humanos se convertem em mercadoria – tudo vira mercadoria –, não para satisfazer as necessidades mais elementares da população, mas para criar necessidades ampliadas de consumo; num movimento incessante e insaciável de valorização do capital, de ganho operado pelos capitalistas? Seria esse o caminho – amenizar as conseqüências iminentes desse modo de produção? Até quando isso seria possível?

Marx esclareceu que o capitalismo só pode existir em expansão contínua, impulsionado pela competição, pelo lucro sempre ampliado; num processo de mercantilização crescente de todas as atividades e produtos humanos. Nesse processo, com a superexploração do trabalho, condiciona com suas regras as várias esferas da vida social. Sua contradição essencial: “*Nas mesmas condições em que se produz a riqueza, produz-se também a miséria*” (MARX, 2002; grifo nosso)¹⁰. E Polanyi (2000) adverte que a economia capitalista, mais do que uma economia *de* mercado, é uma economia *para* o mercado¹¹.

Contudo, para muitos e para os principais organismos multilaterais, é possível abrandar essa lógica e “solucionar” algumas expressões da “questão social” introduzindo mecanismos sugeridos pela “teoria de capital social” de Putnam nas políticas sociais. Mas do que se trata?

1.1 – A “teoria do capital social”

Não existe na obra de Putnam (2002)¹² uma definição exata do termo “capital social”, mas indicadores associados a vários

• • •

*capitalismo só pode existir
em expansão contínua,
impulsionado pela
competição, pelo lucro sempre
ampliado; num processo de
mercantilização crescente de
todas as atividades e produtos
humanos.*

exemplos de seus atributos que englobam tanto variáveis “estruturais” quanto “atitudinais” que levam à formação de redes de cooperação visando à produção de bens coletivos e à capacidade de estabelecer laços de confiança interpessoal.

Putnam¹³ elabora sua definição de “capital social” durante 20 anos de pesquisa na Itália moderna, entre 1970 e 1989, acompanhando o processo de implantação da descentralização administrativa e o desempenho institucional dos 20 governos regionais criados nas regiões Norte e Sul. Com a questão “*Por que alguns governos democráticos têm bom desempenho e outros não?*”¹⁴, o pesquisador empenhou-se em examinar o potencial da reforma institucional como estratégia para a mudança política e também as restrições que o contexto social impõe ao desempenho institucional. Seu objetivo foi avaliar o impacto da descentralização na redução da desigualdade entre as regiões Norte e Sul.

Nesse sentido, foi investigar, empiricamente, “*se o êxito de um governo democrático depende de quão próximo seu meio se acha do ideal de uma ‘comunidade cívica’*”¹⁵. Definiu que, em termos práticos, uma “comunidade cívica”, que tem o mesmo sentido de “capital social”, incorpora os princípios de: participação cívica; igualdade política; sentimentos de solidariedade, confiança e tolerância; estruturas sociais de cooperação (associações).

Nas palavras do pesquisador:

A participação em organizações cívicas desenvolve o espírito de cooperação e o senso de responsabilidade comum para os empreendimentos coletivos. Além disso, quando os indivíduos pertencem a grupos heterogêneos com diferentes tipos de objetivos e membros, suas atitudes se tornam mais moderadas em virtude da interação grupal e das múltiplas pressões.(...)

No âmbito externo, a ‘articulação de interesses’ e a ‘agregação de interesses’ (...) são intensificadas por uma densa rede de associações secundárias.

(...) uma densa rede de associações secundárias ao mesmo tempo incorpora e promove a colaboração social. Assim, contradizendo o receio de sectarismo manifestado por pensadores como Jean-Jacques Rousseau, numa comunidade cívica as associações de indivíduos que pensam da mesma forma contribuem para um governo democrático eficaz (PUTNAM, 2002)¹⁶.

Explica Putnam (2002) que a idéia de desempenho institucional empregada na pesquisa difere de certos teóricos que compreendem o desempenho institucional como “*as regras do jogo, as normas que regem a tomada de decisões coletiva, o palco onde os conflitos se manifestam e (às vezes) resolvem*”¹⁷. Trata-se, segundo ele, de uma noção até “*pertinente, mas não esgota o papel das instituições na vida pública*”¹⁸. Explica que para esse tipo de compreensão de desempenho institucional “*ter ‘êxito’ (...) significa capacitar os atores a resolver suas divergências da maneira mais eficiente possível, considerando suas diferentes preferências*”¹⁹.

Um bom desempenho institucional para Putnam²⁰ está relacionado à administração eficaz e eficiente dos recursos disponíveis. Acordos não seriam centrais nesse tipo de desempenho institucional porque conflitos devem ser evitados; inexistem correlações de forças e relações de poder. Nessa perspectiva, Putnam²¹ considerou como resultado positivo da descentralização administrativa italiana a formação de uma política menos polarizada ideologicamente e mais voltada para problemas práticos da população, com instituições governamentais mais tolerantes e próximas do povo.

No entanto, o pesquisador constatou que, nas regiões italianas menos desenvolvidas, essa ênfase tecnocrata não foi consolidada, não houve alteração na qualidade do governo. Era possível identificar, ainda, comportamentos observáveis no período da centralização, tais como: corrupção, burocracia, clientelismo, impasses políticos, entre outros. O que o levou a construir a hipótese de que o processo histórico da formação das instituições político-sociais interfere no “êxito” ou “fracasso” delas.

Segundo Putnam (2002), “*o debate do tipo ‘o ovo ou a galinha’ sobre a cultura versus estrutura é essencialmente infrutífero. Mais importante é entender por que a história facilita certas trajetórias e obstrui outras*”²². O processo histórico a que se refere está relacionado às diferenças na forma como historicamente se estruturaram as relações políticas e sociais do Norte e do Sul da Itália, no âmbito institucional e sociocultural. Uma região (Norte) altamente industrializada e organizada e outra (Sul) “atrasada”, ainda apresentando fortes características “feudais”.

Na concepção de relação política e social restritamente administrativa de Putnam, o Norte estabeleceu historicamente uma relação mais horizontal com o governo, por apresentar uma forte tendência à organização e à formação de forças sociais – formação de associações. No Sul, houve o predomínio de uma relação vertical, de dependência do governo central.

No Norte, as regras de reciprocidade e os sistemas de participação cívica corporificaram-se em confrarias, guildas, sociedades de mútua assistência (...). Esses vínculos cívicos horizontais propiciaram níveis de desempenho econômico e institucional muito mais elevados do que no Sul, onde as relações políticas e sociais estruturaram-se verticalmente. (PUTNAM, 2002)²³

Para Putnam (2002), foi a eficácia no atendimento e na administração das demandas que contribuiu para o desenvolvimento do Norte da Itália, e foi a inexistência dele que fez com que o Sul permanecesse atrasado. O Sul não “herdou” um bom estoque de “capital social”²⁴.

Sem considerar as contradições na formação econômico-social da Itália moderna, Putnam²⁵ identifica dois tipos de atuação do Estado que vão interferir de modo positivo ou negativo no desempenho das instituições públicas, não só da Itália, mas de qualquer formação histórico-social: uma que ele denomina de “*círculo vicioso autoritário*” e outra, em oposição, o “*círculo virtuoso democrático*”. Na primeira, o Estado garante a ordem de maneira coercitiva, por meio do medo, da repressão e da dependência, inibindo a construção de comportamentos mais cooperativos no interior da população, dificultando o estabelecimento de “laços horizontais” de “confiança mútua”. Na segunda, há o investimento em formular regras e normas “impessoais” de “solução de disputas”, que devem ser seguidas por todos, independentemente das condições social e econômica.

Concluiu que: “*Praticamente sem exceção, quanto mais cívico o contexto, melhor o governo. (...) Eis a lição a ser tirada de nossa pesquisa: o contexto social e a história condicionam profundamente o desempenho das instituições*”²⁶. Isto é, existe uma “*forte correlação [não de forças, mas de cooperação] entre associações cívicas e instituições públicas eficazes*”²⁷. Isso o levou a afirmar que a cultura cívica é um fator central para o bom funcionamento das instituições; associada à confiança interpessoal forma um recurso fundamental de poder para os indivíduos e para a sociedade – capital social.

Dois fatores são essenciais na relação entre as associações cívicas e as instituições públicas para resultar em melhores desempenhos produtivos e sociais, e promover o crescimento econômico: a “consciência cívica” (diferente de “consciência crítica”)²⁸ e as intervenções voluntárias de indivíduos associados,



■■■■■

A questão da desigualdade é limitada a uma questão de moralidade e de administração eficaz e eficiente, e está sujeita a penalização; limita-se ao caráter instrumental e apresenta-se como um mecanismo apolítico.

■■■■■

na cobrança por melhor desempenho das instituições políticas (política de resultado). E essas instituições, para serem eficazes, devem ter sensibilidade no atendimento das demandas da comunidade e saber gerenciar essas demandas nas condições dadas.

Segundo o autor: *“As regras de reciprocidade generalizada e os sistemas de participação cívica estimulam a cooperação e a confiança social porque reduzem os incentivos de transgredir, diminuem a incerteza e fornecem modelos de cooperação futura”*²⁹. Os *“círculos virtuosos”* resultam em equilíbrios sociais, com níveis de cooperação, confiança, reciprocidade, civismo e bem-estar coletivo elevados, o que caracteriza a definição de *“comunidade cívica”* de Putnam:

Para Putnam (2002):

(...) **o contrato social que sustenta essa colaboração na comunidade cívica não é de cunho legal, e sim moral.** A sanção para quem transgredir não é penal, mas a exclusão da rede de solidariedade e cooperação. (...)

A consciência que cada um tem de seu papel e de seus deveres como cidadão, aliada ao compromisso com a igualdade política, constitui o cimento cultural da comunidade cívica (*grifo nosso*)³⁰.

Assim, com uma visão determinista da história, o pesquisador entende que o problema das desigualdades econômico e social, em qualquer formação histórico-social, pode ser superado pondo no centro a questão da *“cultura cívica”* e o papel das associações locais. A questão da desigualdade é limitada a uma questão de moralidade e de administração eficaz e eficiente, e está sujeita a penalização; limita-se ao caráter instrumental e apresenta-se como um mecanismo apolítico.

Sua base de análise sociocultural é a teoria da governança democrática de Tocqueville. São as associações cívicas que vão reforçar os *“hábitos do coração”*, essenciais para se ter instituições democráticas estáveis e eficazes. Nessa ótica, o pesquisador

sugeriu o desenvolvimento da *“virtude cívica”* para a formação de uma *“comunidade cívica”*, que implica em direitos e deveres iguais para todos, e insere cidadãos solidários, tolerantes e estabelecendo laços de confiança mútua. Em sua obra, Putnam (2002) destacou o seguinte trecho da teoria de Tocqueville: *“A confiança mútua é talvez o preceito moral que mais necessita ser difundido entre as pessoas, caso se pretenda manter a sociedade republicana”*³¹.

Em síntese, na sua concepção, a propensão de uma comunidade formar associações cívicas é fundamental para a eficácia e a estabilidade de um governo democrático, pois estas incutem nos membros os hábitos de cooperação, solidariedade e espírito público, isto é, traduz-se em *“capital social”*. Sociedades ou regiões com estruturas mais democráticas seriam mais capazes de avançar no crescimento econômico e social, pois podem empreender uma dimensão comunitária do desenvolvimento.

1.2 – Caráter instrumental e conformador da *“teoria do capital social”*

As conclusões de Putnam³² sobre a diferença de resultado no desempenho institucional nas regiões Sul e Norte da Itália, restritamente condicionada à relação horizontal ou vertical com o Estado, desconsideraram a relevância das relações de poder e dominação estruturais e superestruturais que inserem o desenvolvimento de uma formação social específica e sua relação com a dinâmica do sistema capitalista global. Nesse sentido, considerou-se importante trazer as análises de Gramsci sobre o desenvolvimento da formação social italiana porque abarcam outros elementos que não estão considerados na análise de Putnam.

Gramsci, analisando a formação histórico-social da Itália moderna, observou que a reprodução global do capital na formação econômico-social daquele país passa necessariamente pela *“questão meridional”*. Tal questão é resultado do movimento de unificação da Itália em meados do século XIX – *Risorgimento*³³ –, *“dirigido pela burguesia liberal moderada, em aliança com os grandes latifundiários e sob a égide da monarquia piemontesa”*³⁴, que gerou um *“processo de modernização conservadora”*³⁵. Ela *“expressa, sobretudo, na não-integração do mundo camponês sulista aos processos de modernização econômica e política”* (COUTINHO, 1999)³⁶.

A Itália dos anos iniciais do século XX conserva os *“resíduos feudais”* do Sul sob o domínio dos latifundiários em aliança com a burguesia liberal que se desenvolve no Norte. Conforme explica Coutinho (1999): *“O Sul, atrasado e semifeudal, funcionou objetivamente como um território colonial explorado pela burguesia industrial do Norte”*³⁷; a região Sul da Itália era, sobretudo, *“um fornecedor de força de trabalho barata para a indústria do Norte”*³⁸, isto é, fez parte do rebaixamento do custo da reprodução da força de trabalho, favorecendo tanto a *“burguesia nortista”*, como *“também os grandes latifundiários do Sul, que eram protegidos pelo Estado contra transformações radicais no estatuto da propriedade rural”*³⁹.

Ainda segundo Coutinho (1999):

Mais que isso: as grandes margens de lucro desfrutadas pela burguesia nortista, graças ao protecionismo e ao volumoso exército industrial de

reserva, favoreciam as tentativas de ‘cooptação’ transformista de alguns setores operários, que se expressavam politicamente no reformismo. Com isso, um setor privilegiado da classe operária – uma ‘aristocracia operária’ – terminava por contribuir para consolidar o bloco industrial-agrário que dominava o país e era responsável direto pelas miserabilíssimas condições de vida do campesinato do Sul⁴⁰.

A diferença de desenvolvimento entre o Norte e Sul da Itália, na concepção de Gramsci (2000)⁴¹, deu-se pela aliança entre os latifundiários e a burguesia, num processo de manutenção de mão-de-obra barata e redução dos custos da produção industrial e conservação das condições precárias de trabalho no campo. E teve, em certa medida, o apoio da classe operária organizada do Norte ao restringir as disputas trabalhistas no âmbito econômico-corporativo, isto é, *“sente-se a unidade homogênea do grupo profissional e o dever de organizá-la, mas não ainda a unidade do grupo social mais amplo”*⁴². Trata-se de uma abordagem que problematiza a dinâmica inerente ao modo de produção capitalista, que se dá na contradição entre a criação do moderno e do atrasado, na produção da riqueza e da miséria e o papel fundamental da burguesia local também em fazer uso do poder para conseguir o máximo de estabilidade política e social para a reprodução do capital global.

Apoiando-se nesta perspectiva analítica, pode-se considerar que a idéia de Putnam de desenvolver a “virtude cívica” como mecanismo de desenvolvimento social e bem-estar coletivo não está relacionada à questão política na sua forma ampliada, ético-política; no sentido de desenvolver a capacidade organizativa dos trabalhadores para estabelecer uma *“aliança operário-camponeza”* voltada para a formação de uma classe nacional, *“capaz (...) de exercer sua própria hegemonia sobre a maioria dos trabalhadores”* (COUTINHO, 1999)⁴³. A “consciência cívica” de Putnam é uma questão moral, que responde por seus atos, tendo em vista sua própria consciência individual, e se dá nos limites das associações corporativas e necessidades imediatas.

A defesa de Putnam de que a superação da desigualdade entre regiões e setores em uma determinada formação social está relacionada à capacidade de o indivíduo adquirir virtudes cidadãs transita nos limites da “boa governança”. E enquanto “potencial moral” que garante a coesão social, a abordagem de Putnam incorpora elementos da sociologia de Durkheim.

Para Durkheim⁴⁴, a função da Sociologia é a de detectar e buscar soluções para os problemas sociais, restaurando a normalidade social e converter em uma técnica de controle social e de manutenção do poder vigente. Os “fatos sociais” que “desviam” da normalidade são vistos como uma “patologia”, isto é, uma “anomia”, desajustes entre as funções sociais que podem comprometer a solidariedade ou a coesão social. Em síntese, pode-se dizer que para Durkheim, o problema fundamental da vida social é um problema moral – só a potência moral pode cessar as paixões humanas.

Esse tipo de concepção que enfatiza a importância da confiança e a participação ativa dos cidadãos para o funcionamento eficaz das instituições públicas tem sido uma abordagem predominante na atualidade. O aprofundamento da desconfiança e da instabilidade política em várias partes do mundo provocou o deslocamento da discussão sobre o processo de democratização

para o terreno da consolidação da cidadania. Provavelmente, isso se deu com o aumento das demandas sociais, frente à exacerbção do individualismo, das desigualdades e da pobreza no contexto do capitalismo mundializado⁴⁵, e o fortalecimento dos debates sobre a exclusão social de grupos discriminados. Nesse contexto, ganha força o debate em torno do conceito de cidadania que, segundo Moisés (2005)⁴⁶, se polariza em duas vertentes conservadoras: a *“comunitarista”* e a *“liberal clássica”*.

A vertente *“comunitarista”* procura resgatar a noção cívico-republicana do tema; o valor fundamental da atividade política é a busca do bem comum, sobrepondo aos interesses privados, que seriam alcançáveis através da participação direta e ativa dos cidadãos no processo de tomada de decisões coletivas, e não pela representação; é a partir da participação dos cidadãos que se desenvolve a *“comunidade cívica”* necessária ao advento de um governo virtuoso, e a liberdade é a condição de seu compromisso com o bem público, entendido como expressão dos interesses de todos. A vertente *“liberal clássica”* é de cunho essencialmente jurídico e administrativo formal; restrita à *“comunidade instrumental”*, na qual os indivíduos participam de interesses e identidades previamente constituídos, sem vínculo ou raiz social, o que leva a minimizar a *“importância da esfera pública para o desenvolvimento das virtudes cívicas necessárias ao funcionamento do bom governo”*⁴⁷.

Para os *comunitaristas*, conforme expressa Moisés (2005), *“a tradição liberal relegou as preocupações normativas da política ao campo da moralidade privada”*⁴⁸. Nesse sentido:

...a política teria sido destituída do seu componente ético – associado na concepção cívico-republicana com o desenvolvimento das virtudes requeridas pela participação na *pólis* e na república – **para assumir uma concepção essencialmente instrumental, voltada apenas para a realização de interesses privados definidos independentemente da discussão pública.** (*grifo nosso*)⁴⁹.

O aprofundamento
da desconfiança e da
instabilidade política em
várias partes do mundo
provocou o deslocamento da
discussão sobre o processo
de democratização para o
terreno da consolidação da
cidadania.

No entanto, para Semeraro (2001)⁵⁰, a vertente “comunitarista” busca superar a concepção fragmentária e formalista da vertente liberal, mas tende a idealizar modelos sociais da Antiguidade e a reativar “*elementos culturais, raízes religiosas e étnicas com o objetivo de resgatar ‘virtudes’ republicanas e vínculos com tradições e costumes que assegurem identidades culturais, regionais e nacionais*”⁵¹.

Ainda segundo o autor: “*Aos comunitaristas não faltam boas razões para desvendar a perversidade do liberalismo e a fragilidade dos seus argumentos*”⁵². É importante que se tenha clareza de que as idéias dos “neo-comunitaristas” não surgiram na atualidade para se contrapor ao liberalismo, mas foram fortalecidas na atualidade com a exacerbação do individualismo e com a necessidade de se estabelecer uma maior solidariedade nas relações intersubjetivas e de “valorização das pessoas” em um mundo em que predomina o anonimato e o desinteresse pelo outro, resultante do aprofundamento das contradições fundamentais da sociedade capitalista.

O embate entre a concepção de cidadania de caráter jurídico e administrativo formal e a de cunho republicano esvaziado da práxis “*pode vir a se transformar em arma poderosa nas mãos de forças conservadoras*”⁵³. A questão que se coloca é: Que implicação pode ter a conservação de um regime de acumulação de capital altamente excludente assegurada pelas bases ideológicas do “*capital social*”, isto é, pela formação de uma sociedade harmoniosa e solidária; sem lutas de classes e conflitos de interesses?

2 – A IDEOLOGIA DO CAPITAL SOCIAL: EDUCANDO PARA O CONFORMISMO

Gramsci (1999) vai dizer que “*é ideologia toda concepção particular dos grupos internos da classe que se propõem ajudar a resolver problemas imediatos e restritos*”⁵⁴. Nessa ótica, entende-se que, sendo a questão da desigualdade inerente e necessária à expansão do capitalismo e não uma anomalia, a proposta de Robert Putnam de reduzir as desigualdades econômicas e sociais entre as regiões Sul e Norte da Itália, assim como de qualquer outra formação social capitalista, através do desenvolvimento do “*capital social*”, é ideologia.

E ideologia em Gramsci está situada na “*batalha pela hegemonia*”. Na sua concepção, ideologia é mais do que no sentido gnosiológico de “*falsa consciência*” se opondo à “*consciência verdadeira*” (COUTINHO, 1999)⁵⁵. Ela é analisada como força material, como realidade prática; “*a ideologia – enquanto concepção de mundo articulada com uma ética correspondente – é algo que transcende o conhecimento e se liga diretamente com a ação voltada para influir no comportamento dos homens*”⁵⁶.

Aponta Gramsci⁵⁷ que a filosofia que se transformou em movimento cultural, assim como toda concepção de mundo

que penetrou no senso comum e produziu normas de condutas, “*forma uma unidade ideológica, cimentada e unificada*” em todo o “*bloco histórico*”⁵⁸. Essa filosofia ou concepção de mundo, manifestada nas artes, no direito, nas atividades econômicas, “*em todas as manifestações de vida individuais e coletivas*”⁵⁹, que apresenta uma unidade de pensamento e ação coerente e unitária – uma “*unidade ideológica*” –, seria, para Gramsci, uma “*ideologia*”.

Ideologia para Gramsci (1999)⁶⁰ tem, nesse contexto, o sentido de uma determinada concepção de mundo arraigada no senso comum; é uma realidade prática que não é posta em questão. É configurada por elementos absorvidos historicamente, sem análise crítica, “*cimentados*” e “*unificados*” no modo de pensar, de sentir e de agir no mundo resultante do acúmulo histórico-social de um determinado grupo. De caráter “*conformista*”, ideologia é uma questão de “*fé*”.

Nessa perspectiva, no processo de luta pela hegemonia, a classe dominante procura permanentemente formar uma “*unidade ideológica*”, cimentando e unificando um determinado modo de pensar, de sentir e de agir no mundo em todo o bloco histórico (“*Os pensamentos da classe dominante são, também, em todas as épocas, os pensamentos dominantes*”, Marx e Engels)⁶¹.

No entanto, sendo a gênese do Estado capitalista um Estado de classe, mas que já não mais impõe coercitivamente sua “*religião*”⁶², dialeticamente a esse processo permanente de renovação e de ajustes necessários à acumulação do capital se darão as lutas para as massas se libertarem “*das ideologias parciais e falazes*” e a disputa constante pela hegemonia.

Nesse sentido, para Gramsci (1999), tendo em vista a filosofia da práxis:

...as ideologias não são de modo algum arbitrárias; são fatos históricos reais, que devem ser combatidos e revelados em sua natureza de instrumentos de domínio, não por razões de moralidade, etc., mas precisamente por razões de luta política: para tornar os governados intelectualmente independentes dos governantes, para destruir uma hegemonia e criar outra, como momento necessário à subversão da práxis.⁶³

Gramsci (1999)⁶⁴ trabalha no sentido de apontar que há uma unidade entre a filosofia e a ação, entre a forma como se compreende o mundo e se age sobre ele. A filosofia “*superior*” apresenta um caráter de elaboração individual do pensamento, racional e coerente, já o senso comum apresenta um pensamento genérico, com características difusas e dispersas, que pode ser renovado, transformar-se em “*bom senso*”, com a coerência e o vigor das filosofias individuais. A filosofia, numa perspectiva mais elevada, é a crítica e a superação da “*filosofia espontânea*” ou do senso comum e da “*religião*”, isto é, um “*convite à reflexão*”,

à tomada de consciência de que aquilo que acontece é, no fundo, racional, e que assim deve ser enfrentado, concentrando as próprias forças racionais e não deixando levar por impulsos instintivos e violentos”⁶⁵

Para “*libertar-se das ideologias parciais e falazes*” há a necessidade de substituir a concepção de mundo “*desagregada e ocasional*”, de superar a “*filosofia espontânea*” por uma outra calcada na ciência e na filosofia. Para tal, deve-se polemizar e criticar a “*filosofia espontânea*”, isto é, o “*conjunto de noções e de conceitos determinados*” que estão contidos na linguagem⁶⁶, no senso comum e no bom senso, em “*todo o sistema de crenças, superstições, opiniões, modos de ver e de agir*”⁶⁷; superar uma determinada concepção de mundo, “*imposta mecanicamente pelo ambiente exterior, ou seja, por um dos muitos grupos nos quais todos estão automaticamente envolvidos desde sua entrada no mundo consciente*”⁶⁸ que é expressa nas formas como o homem compreende e sente sua realidade e age sobre ela, ainda que seja uma concepção de mundo “*desagregada e ocasional*”⁶⁹

Na sua perspectiva, uma concepção de mundo desagregada e ocasional, compartilhada em um mesmo modo de pensar e de agir, significa *conformismo*, isto é, que “*somos conformistas de algum conformismo, somos sempre homens-massa ou homens-coletivos*”⁷⁰. Assim, é fundamental que se realize o “*momento da crítica e da consciência*” partindo da crítica da própria visão de mundo, “*...um ‘conhece-te a ti mesmo’ como produto do processo histórico até hoje desenvolvido, que deixou em ti uma infinidade de traços acolhidos sem análise crítica*”⁷¹, para elaborar a própria concepção de mundo, “*coerente e unitária*”⁷². Daí, Gramsci afirmar a necessidade de resgatar a história do ponto de vista das classes dominadas para construir as bases de uma contra-hegemonia.

Construir uma concepção de mundo crítica e coerente é, para o pensador italiano, ter consciência da própria historicidade, o que provoca uma compreensão dinâmica do processo histórico e insere uma perspectiva de mudança; é identificar as determinações do momento histórico vivido, o que implica em superá-las, se for o caso; é compreender que tal concepção de mundo construída crítica e coerentemente vai colidir com outras concepções, o que vai levar a identificar as forças sociais que compõem a dinâmica do processo histórico.

A superação da “*condição de homem-massa*” insere, nesse sentido, criar uma nova cultura. E criar uma nova cultura para Gramsci tem o sentido de difundir, socializar, verdades já descobertas e “*transformá-las em base de ações vitais, elementos de coordenação e de ordem intelectual e moral*” para os homens⁷³.

A criação de uma nova cultura se dá em contradição com outras concepções de mundo e com elementos arraigados da concepção de mundo de uma determinada classe hegemônica. Nesse sentido, para desenvolver um processo de construção de uma nova cultura devem ser consideradas as seguintes premissas: na formação dos Estados modernos, o exercício da hegemonia foi fundamental para a conquista da direção política e cultural da sociedade e nas sociedades capitalistas avançadas, a força do Estado reside cada vez menos na coerção, pois foi desenvolvendo mecanismos de hegemonia cada vez mais refinados.

Há, na abordagem do “*capital social*” como mecanismo de redução da desigualdade e de alívio da pobreza, duas questões, entre outras, que nos remetem às categorias centrais em Gramsci: *Estado-educador e sociedade civil*.

O Estado burguês é, na concepção de Gramsci (2000), um Estado-educador.

A classe burguesa põe-se a si mesma como um organismo em contínuo movimento, capaz de absorver toda a sociedade, assimilando-a a seu nível cultural e econômico; toda a função do Estado é transformada: **o Estado torna-se ‘educador’... grifo nosso**⁷⁴.

Gramsci (2000) coloca que “*o Estado (burguês) deve ser concebido como ‘educador’ na medida em que tende precisamente a criar um novo tipo ou nível de civilização*”⁷⁵. Isto é, exerce a função educadora de dirigir e organizar a sociedade para uma determinada vontade política. Sua função educadora pode ser identificada ao longo do processo de desenvolvimento histórico do modo de produção capitalista – seja para civilizar e disciplinar aquela massa de trabalhadores “livres” ainda em formação, libertando-os das tradições acrílicas do *Ancien Règime* e formando-os pelos valores da laboriosidade burguesa, seja como estratégia de segurança internacional para conter o avanço do comunismo⁷⁶, seja para modernizar e aumentar a produtividade⁷⁷. Enquanto tal, no decorrer de seu processo histórico e impulsionado pela sua própria essência contraditória, o Estado burguês expandiu sua esfera de domínio, desenvolvendo capacidades estratégicas, cada vez mais refinadas, de impor a adesão à sua forma particular de ver o mundo.

Na atual conjuntura, o Estado burguês aprimora os mecanismos de hegemonia ao operar como “*administrador dos ciclos*”



de crise” do capital e como *Estado-educador*, em harmonia com o mercado e em parceria com as organizações da sociedade civil, esta convertida num mítico “terceiro setor” (COUTINHO, 2006)⁷⁸, e ao atuar diretamente nas esferas microsociais e individual, visando uma “*reforma intelectual e moral*” para o enfrentamento da “*questão social*”⁷⁹.

Sociedade civil, em Gramsci, é um espaço do Estado “*dedicado a promover a articulação e a unificação de interesses, a politizar ações e consciências e a superar tendências corporativas ou concorrenciais*” (NOGUEIRA, 2003)⁸⁰, com fins de construção de projetos globais de sociedade e de articulação ético-política. A sociedade civil é essencialmente o espaço da política (em seu sentido amplo), de disputa de poder e da dominação (direção política, intelectual e moral).

A segunda problemática posta na abordagem do “*capital social*” é o processo de despolitização e enfraquecimento dos embates no interior da sociedade civil ao disseminar a idéia de se criar um clima ameno, sem confrontos, solidário e coeso para “combater” as mazelas sociais. Justamente essa categoria de Gramsci, “*um conceito, complexo e sofisticado, com o qual se pode entender a realidade contemporânea (...) um projeto político, abrangente e igualmente sofisticado, com o qual se pode transformar a realidade*” (NOGUEIRA, 2003)⁸¹ que vem sendo expandida com outras óticas, pretensamente “desinteressadas”.

Tomando a concepção de Gramsci de *Estado ampliado* (sociedade política + sociedade civil) e de *Estado-educador*, pode-se concluir que a penetração da ideologia do capital social no senso comum das massas, ao promover a despolitização e enfraquecer os embates entre classes, exerce uma “*função educadora*”. Ao disseminar a idéia de se construir um clima ameno, sem confrontos, solidário e coeso para “combater” as mazelas sociais, cria-se uma “*vontade de conformismo*”.

Nessa perspectiva, torna-se fundamental problematizar o conjunto de “*políticas de desenvolvimento do milênio*” enquanto mecanismo de despolitização e de conformismo, isto é, processo de *educar para o conformismo*, averiguando como principais organismos multilaterais incorporaram elementos da “*teoria do capital social*”.



3 – A CONCEPÇÃO DE “CAPITAL SOCIAL” DIFUNDA PELOS ORGANISMOS MULTILATERAIS

Além da obra de Robert Putnam, são apontados trabalhos de outros autores, tais como, James Coleman⁸², Bernardo Kliksberg e Luciano Tomassini⁸³, e Francis Fukuyama⁸⁴ como sendo obras fundamentais para a compreensão do termo e para definir estratégias de desenvolvimento e ainda vários outros estudos, até de caráter mais prático, geralmente financiados pelo Banco Mundial, que procuram demonstrar a importância do “*capital social*” no desempenho econômico e político dos países.

A partir da pesquisa de Putnam, é possível identificar um volume significativo de estudos e pesquisas sobre o tema, alguns se dedicando aos aspectos conceituais e outros a estudos empíricos. No documento da Cepal – “*Capital social y reducción de la pobreza en América Latina y el Caribe: en busca de un nuevo paradigma*”⁸⁵ –, os autores apontam os conflitos existentes em relação às diversas definições e abordagens de “*capital social*” e relacionam as seguintes diferenças:

Lo que algunos denominan capital social, es lo que otros consideran manifestaciones o productos del capital social.

Hay quienes estiman que el capital social es un concepto micro. Otros piensan que se trata de un concepto macro.

Algunos equiparan el capital social a conceptos como las instituciones, las normas y las redes, mientras que otros prefieren identificar estos conceptos en forma separada, como elementos del paradigma del capital social.

En sus definiciones del capital social, hay quienes lo ubican en unidades tales como la sociedad civil, las comunidades y las familias. Otros sostienen que no corresponde hacer referencia a esa ubicación en la definición del capital social.

Nosotros definimos el capital social como los sentimientos de solidaridad de una persona o un grupo por otra persona o grupo.

Esos sentimientos pueden abarcar la admiración, el interés, la preocupación, la empatía, la consideración, el respeto, el sentido de obligación, o la confianza respecto de otra persona o grupo. (ROBISON, Siles; SCHMID, 2003, *grifo nosso*)⁸⁶

Contudo, identifica-se que há um consenso entre os organismos multilaterais de que o desenvolvimento de “*capital social*” é uma saída à crise que está posta nos anos finais da década de 1990, de forma a aliviar as tensões e a pobreza que se ampliam e se globalizam.

Tonella (2003), resenhando a obra da Cepal, observa que a tentativa de os atores definirem o termo, bem como tentar quantificá-lo, resultou em uma infinidade de “tipos” de capital social.⁸⁷ Ao averiguar a observação da autora, foram encontrados os seguintes “tipos” de “*capital social*” na obra citada: individual, grupal e comunitário; “*de puente*” (alianças horizontais no território), “*de escalera*” (reciprocidade com controle) e “*societal*”; formal e informal; restrito e ampliado; de união, de vinculação e de aproximação.

Ocampo (2003)⁸⁸, Secretário Executivo da Cepal, introduz a obra definindo “*capital social*” como:

...el conjunto de relaciones sociales caracterizadas por actitudes de confianza y comportamientos de cooperación y reciprocidad. (...) un recurso de las personas, los grupos y las colectividades en sus relaciones sociales (que) está desigualmente distribuido en la sociedad.⁸⁹

• • •

Contudo, isto é, com todo o esforço da intelectualidade cepalina para definir o “conceito” de “*capital social*” e/ou os tipos, no geral da obra pode-se concluir que o termo se baseia em relações de solidariedade, entre pessoas ou grupos, que compreende o próprio “*capital social*”, as redes, os bens socioemocionais, os valores afetivos, as instituições e o poder, para produzir *benefícios econômicos* e *bens socioemocionais* que levem ao bem-estar socioeconômico.

Os cepalinos acreditam que, na medida em que aumenta o “*capital social*” de uma pessoa, aumenta o seu interesse pelos demais membros, isto é, aumenta o sentimento de solidariedade e, com isso, ampliam-se as oportunidades de adquirir benefícios econômicos e bens socioemocionais já disponíveis na sociedade. São os seguintes os bens socioemocionais relacionados: educação, vigilância do cumprimento da lei, alguns serviços de saúde e transporte, saneamento, higiene dos alimentos, defesa e proteção ambiental (ROBISON; SILES; SCHMID, 2003)⁹⁰. Estes bens socioemocionais são denominados pelo Banco Mundial de “*estoques pessoais de ativos*”.

Conforme observa Robison; Siles; Schmid (2003):

Los esfuerzos de reducción de la pobreza ejercen una influencia positiva en el capital social de un país, porque disminuyen la segregación. Además, las iniciativas de inversión en capital social, que conectan a personas anteriormente desvinculadas, tienden a aminorar la desigualdad de ingresos y la pobreza que contribuyen a esa segregación.⁹¹

Segundo Ocampo (2003), o atual debate sobre a agenda do desenvolvimento tende a ordenar-se em torno de dois eixos principais e complementares:

(...) por una parte, la búsqueda de **un nuevo equilibrio entre el mercado y el interés público** y, por otra, la **concepción de las políticas públicas** como formas de acción en favor de objetivos de interés común, **que no se limitan a las acciones estatales**. De esta manera, se pone de relieve la necesidad de abrir nuevas oportunidades para la participación de la sociedad civil y superar, por ese camino, ala crisis del Estado que repercute por igual en los mundos desarrollado y en desarrollo. (*grifo nosso*)⁹²

Para Robison; Siles; Schmid (2003)⁹³, por exemplo, uma das formas para que os pobres possam adquirir o “*capital social*” por meio de oportunidade de serem ouvidos e fazer valer suas opiniões⁹⁴. No entanto, esclarecem os autores, tal condição requer capacitação. Com isso, eles recomendam desenvolver políticas que promovam a formação de dirigentes, com a colaboração de organizações da sociedade civil, dando orientações sobre a forma de gerar capital financeiro e físico e capital social.

Nessa perspectiva de que o papel “ativo” das organizações da sociedade civil (terceiro-setor), da comunidade e dos grupos é fundamental no processo de redução das desigualdades sociais e na “inclusão social” dos pobres, pois a ampliação desse recurso social (confiança, cooperação, reciprocidade) requer mudanças

há um consenso entre os organismos multilaterais de que o desenvolvimento de “capital social” é uma saída à crise que está posta nos anos finais da década de 1990, de forma a aliviar as tensões e a pobreza que se ampliam e se globalizam.

■

culturais, ou como colocara Fukuyama (2005), exige certos “*hábitos mentais*”⁹⁵. Torna-se fundamental a atuação direta nas esferas microsociais e individual, visando uma reforma intelectual e moral para o enfrentamento da questão social – expressa na atual conjuntura pelo aumento da pobreza e da desigualdade, do desemprego e da precarização do trabalho, principalmente no que se refere ao rebaixamento dos salários, à ausência de proteção trabalhista e ao enfraquecimento da representatividade sindical, além da intensificação da brutalização e degradação moral anunciada pelo aumento do índice de violência.

Nesse conjunto de orientação dos cepalinos estão incluídas, também, políticas de acesso e melhoria do ensino público. Explicam que um “*sólido programa de ensino público*” também é fundamental: “*Esos programas no solamente generan capital humano, sino que además pueden ser fundamentales para la creación de capital social*” (ROBISON; SILES; SCHMID, 2003)⁹⁶. Ao sistema educacional, público, porque é o sistema que atende as camadas mais pobres da população, é atribuída a tarefa de administrar a crise e a pobreza. Alargam-se as atribuições da escola e restringe-se o caráter político que lhe é inerente⁹⁷.

O Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) vai incorporar as idéias de desenvolvimento do “*capital social*” nos programas de redução da pobreza e de promoção da “*equidade social*” na América Latina e no Caribe, enfatizando os “*grupos social e culturalmente excluídos*” da América Latina, inclusive portadores de deficiência física. Nesse sentido, fazem parte de uma das “*dimensões*” de políticas do Banco para o combate à pobreza as temáticas: *Inclusão Social, Governabilidade e Capital Social*.

Conforme expressou o Presidente do BID, Enrique V. Iglesias:



En la búsqueda de los medios más eficaces para enfrentar la pobreza, el Banco continúa definiendo más claramente el objetivo de su financiamiento. A mediados de los años setenta, la agricultura y el desarrollo urbano fueron los principales sectores a los que se dirigió este esfuerzo, en los años ochenta el Banco contribuyó a cerrar la brecha de financiación creada por la crisis de la deuda; y a principios de los noventa ha asumido el liderazgo en cuanto al respaldo a los programas de reforma económica encarados por los países miembros. En la actualidad el Banco está prestando más atención a la reducción de la pobreza que en cualquier otro momento de su historia. Los préstamos para los sectores sociales han alcanzado niveles sin precedentes; la diversidad de iniciativas para reducir la pobreza es cada vez mayor, y en sus operaciones crediticias, el Banco cuenta ahora con mecanismos internos para promover los intereses de las mujeres, los niños, los grupos indígenas y otras minorías. Estos esfuerzos aún se encuentran en plena evolución, como lo muestra este documento. (BID, 1998)⁹⁸

O “capital social”, para a equipe do BID, é um elemento facilitador para a inclusão social de grupos “marginalizados” e para o “combate” à pobreza e à desigualdade social. A “exclusão social” é definida pela equipe do BID (2004) como a incapacidade de um indivíduo de participar do funcionamento básico político, econômico e social da sociedade em que vive ou a negação do acesso igualitário a oportunidades impostas por alguns grupos da sociedade a outros.⁹⁹ Essa “incapacidade” de participação, ou de ter “voz e poder na sociedade”, é resultante de processos sociais e culturais que “privaram socialmente” o indivíduo a realizar seus desejos e impor suas escolhas, e o condenaram a condição de pobreza durante gerações. Nessa perspectiva, a cultura, enquanto “valores que inspiran la estructura y comportamiento de una sociedad y de sus distintos miembros, (...) es un factor decisivo de cohesión social. En ella, las personas pueden retonecerse mutuamente, cultivarse, crecer en conjunto y desarrollar la autoestima colectiva” (BID, 2001)¹⁰⁰.

Nesse sentido, coloca a equipe do BID (2004):

Para combater essa natureza permanente da exclusão, a proteção social e outras medidas de curto prazo desenvolvidas para ajudar os pobres a

enfrentar eventos adversos devem ser complementadas por políticas mais abrangentes, que ampliem o acesso a oportunidades. A característica de transmissão da falta de oportunidade de uma geração a outra também destaca a importância da comunidade e da família na formulação de políticas destinadas a interromper essa transmissão.¹⁰¹

Para o BID (2004), o processo de globalização da economia, que “recompensa o trabalho altamente qualificado em detrimento do trabalho pouco qualificado”¹⁰², intensificou as desigualdades salariais na América Latina, tornando-as mais visíveis. E, com o fortalecimento da democracia, aumentou os processos participativos e as demandas sociais dos cidadãos: “Mulheres, povos indígenas, portadores de deficiência e, mais recentemente, grupos de afrodescendentes, levantaram suas vozes no processo de formulação de políticas”¹⁰³. Explica que, nesse contexto histórico, em que há a intensificação das desigualdades e o aumento de demandas sociais, os organismos multilaterais decidiram voltar-se para a questão da pobreza

e da desigualdade. Assim, expressa:

...a percepção amplamente compartilhada de que os atuais paradigmas de desenvolvimento não são capazes de atender às preocupações sociais prementes e às desigualdades históricas, (...) organismos internacionais de desenvolvimento decidiram abraçar a meta de inclusão social e apoiar não apenas pesquisas sobre as causas da pobreza e da desigualdade, mas também as medidas necessárias para combatê-la.¹⁰⁴

No caso específico do BID, pautado no “consenso geral” de que as principais características e indicadores básicos da exclusão social desses grupos estão relacionados com a pobreza e com a desigualdade, vai se dedicar à promoção de políticas que venham a “corrigir os constrangimentos sofridos pelas populações excluídas”¹⁰⁵, através de ações afirmativas. Conforme expresso no documento do BID (2004):

Embora a insuficiência de renda seja um fator fundamental, há consenso no sentido de que a exclusão social se refere a um conjunto de circunstâncias mais abrangentes do que a pobreza. A exclusão social está estreitamente relacionada ao conceito de pobreza relativa do que à pobreza absoluta e, portanto, está inextricavelmente vinculada à desigualdade. A exclusão social se refere não apenas à distribuição de renda e ativos (como as análises da pobreza), mas também à privação social e à ausência de voz e poder na sociedade.¹⁰⁶

Nessa perspectiva, o BID volta-se para intervenções políticas de inclusão social, “combatendo” a exclusão racial e étnica e a discriminação das minorias. São as seguintes as “opções de política” definidas pelo grupo: 1) tornar o invisível visível nas estatísticas; 2) romper a transmissão da falta de oportunidades de uma geração a outra; 3) ampliar o acesso ao trabalho, à terra e ao mercado de capitais; 4) implementar projetos locais de desenvolvimento integrado; 5) combater o estigma e a discriminação, com leis e políticas preferenciais; 6) afirmar o poder dos grupos excluídos.

Los beneficios de promover políticas de inclusión son muchos. Un estudio contratado por el BID en el 2001 estimó las ganancias en el Producto Interno Bruto (PIB) si se elimina la discriminación de indígenas y personas de ascendencia africana en los mercados laborales. Los resultados son dramáticos: la economía de Bolivia, crecería un 36.7%; la de Brasil, un 12,8%; la economía de Guatemala un 13,6%; y la de Perú, un 4,2%. Estas estimaciones no tienen en cuenta las mejoras en términos de cohesión social, integración comunitaria, desarrollo educativo, entre otras, que también resultan de una mayor inclusión. Los organismos multilaterales como el BID buscan trabajar con los países para lograr desarrollo económico, social e individual en la región a través de promover políticas de inclusión social. (BID, 2004)¹⁰⁷

Já para a equipe do Banco Mundial (2002)¹⁰⁸, a concepção de “capital social” enfatiza as relações interinstitucionais com a comunidade, “*refere-se às instituições¹⁰⁹, relações e normas sociais que dão qualidade às relações interpessoais em uma dada sociedade. A coesão social é a argamassa que mantém as instituições em contato entre si e as vincula ao cidadão visando à produção do bem comum*”¹¹⁰.

Na visão do Banco Mundial (2000)¹¹¹, a formação de boas instituições públicas também é essencial para assegurar o desenvolvimento e reduzir os possíveis conflitos:

A formação de instituições públicas de alta qualidade é essencial para assegurar que a disparidade de identidades venha a ser um ativo para o desenvolvimento, e não uma fonte de divisão política e violência. **Isso é especialmente importante em países com recursos naturais abundantes,**



alerta a equipe do Banco Mundial que esses “estoques pessoais de ativos” podem esgotar-se quando o indivíduo ou uma família enfrenta, permanentemente, riscos econômicos, tais como instabilidade de renda, e ser desperdiçado quando indivíduos qualificados para um emprego são rejeitados por discriminação racial.



dantes, tais como petróleo, diamantes e minérios. Nos casos em que há pouca responsabilização e transparência institucional, as rendas econômicas exorbitantes desses recursos se transformam numa fonte primária de competição entre facções governantes. (*grifo nosso*)¹¹²

Essas são as organizações da sociedade civil e o Estado que podem lançar os alicerces institucionais para que haja cooperação entre os grupos visando ao bem comum. Segundo o Banco: “*Uma visão integradora do capital social reconhece que as micro, meso e macro instituições coexistem e podem se complementar entre si*”¹¹³.

A concepção de “capital social” expressa pela equipe do Banco Mundial tem funções unificadora, conectiva e vinculadora. Significa a capacidade de a sociedade civil se associar para cumprir compromissos e controlar os “estoques pessoais de ativos” – saúde, educação, treinamento, capacidade inata do indivíduo e também a capacidade de controlar a criminalidade –, necessários ao desenvolvimento social. Para o Banco Mundial (2002), o “capital social” produz estoques pessoais de ativos, que são incorporados individualmente, e que vão refletir “*na melhoria das condições de trabalho, no aumento da produtividade e, conseqüentemente, na capacidade das pessoas de produzirem bem-estar para si próprio e para suas famílias*”¹¹⁴.

O aumento da participação dos pobres no desenvolvimento e a redução de barreiras sociais são complementos importantes da criação de um contexto no qual eles tenham maiores oportunidades e segurança. Essa emancipação é promovida pelo fortalecimento das instituições sociais, aumentando a capacidade dos pobres e dos socialmente desfavorecidos para fazer frente à estrutura de poder da sociedade e expor seus interesses e aspirações (BIRD, 2000)¹¹⁵.

No entanto, alerta a equipe do Banco Mundial que esses “estoques pessoais de ativos” podem *esgotar-se* quando o indivíduo ou uma família enfrenta, permanentemente, riscos econômicos, tais como instabilidade de renda, e ser *desperdiçado* quando indivíduos qualificados para um emprego são rejeitados por discriminação racial. Nesse sentido, a redução da vulnerabilidade a crises econômicas, entre outros, é essencial, especialmente para os pobres, que podem ter o seu capital humano irreversivelmente afetado (BIRD, 2000)¹¹⁶. A prática discriminatória cria barreiras à mobilidade ascensional e limita a capacidade de participar das oportunidades econômicas¹¹⁷.

Segundo o Banco Mundial (2000):

Em sociedades profundamente estratificadas é preciso suplementar esses esforços com programas de ação afirmativa, para compensar as incapacidades resultantes de uma prolongada discriminação. Para competir na arena política e econômica, **as vítimas da discriminação precisam de assistência especial na aquisição de educação, informação e autoconfiança.** (...)

Destacam-se na ação afirmativa os **esforços para reduzir as desvantagens cumulativas de um acesso mais restrito à educação e ao emprego.** Via de regra, isso requer ajuda aos membros de grupos discriminados para adquirir aptidões e acesso a oportunidades, mediante apoio financeiro para educação, admissão preferencial ao ensino superior e quotas de empregos (*grifo nosso*)¹¹⁸.

Para o Banco Mundial (2004): “*a exclusão de grandes segmentos da sociedade desperdiça recursos potencialmente produtivos e gera conflito*

social”¹¹⁹. E que, segundo estudos realizados, “*Está demonstrado que as instituições que garantem os direitos de minorias e oferecem oportunidades para a solução de conflitos neutralizam os efeitos colaterais de sociedades polarizadas*”¹²⁰.

O enfoque do Banco Mundial em relação ao desenvolvimento de “*capital social*” está centrado na estabilidade política, principalmente, dos “*países com recursos naturais abundantes, tais como petróleo, diamantes e minérios*”¹²¹, isto é, de maior interesse do capital internacional. O Estado, na visão do Banco, passa a ter um papel fundamental no fortalecimento das instituições, tendo em vista o desperdício, não só de recursos materiais, mas também de recursos humanos, por causa de instituições de bases fracas. A idéia da necessidade de fortalecer os Estados, embora aparentemente apresentem razões diferentes¹²², vai ao encontro dos argumentos de Fukuyama (2005):

O fortalecimento desses Estados (fracos) por várias formas de construção de nações é uma tarefa que se tornou vital para a segurança internacional (...).

Embora não desejemos retornar a um mundo de grandes potências em choque, **precisamos estar atentos para a necessidade de poder**. Aquilo que somente os Estados são capazes de fazer é agregar e distribuir poder legítimo. **Este poder é necessário, em termos nacionais, para fazer com que as leis sejam cumpridas e, no plano internacional, para preservar a ordem mundial. (...) não temos escolha a não ser retornar ao Estado-nação soberano e tentar mais uma vez aprender como torná-lo forte e eficaz.** (grifo nosso)¹²³

Fazendo uma retrospectiva sobre as políticas macroeconômicas dos anos pós-Segunda Guerra Mundial, na qual se



*uma rede de colaboração
entre os indivíduos e
entre instituições em uma
“comunidade cívica” não
possui cunho legal, e sim
moral. Nesse sentido,
a formação dessa rede
de colaboração requer a
construção de uma “cultura
cívica”; requer um processo
educativo mais amplo.*

compreendia que o processo de desenvolvimento seria mais bem conduzido através do Estado, e as políticas dos anos 1970-90, mais especificamente ao Consenso de Washington, na qual defendia uma posição contrária, a interferência do Estado na economia impedia o desenvolvimento, o BIRD (2000) faz a seguinte observação:

(...) tornou-se evidente que as estratégias simples de desenvolvimento e redução da pobreza eram ilusórias. Embora os mercados sejam instrumentos poderosos para a redução da pobreza, também é importante contar com instituições para assegurar que os mercados sejam eficientes e beneficiem os pobres.¹²⁴

As concepções de desenvolvimento e pobreza foram ampliadas, atribuindo-se uma dose de complexidade, pragmatismo e eticidade, conforme declara a equipe do Banco Mundial. Na perspectiva do Banco, o Estado não deve ser nem mínimo nem máximo, mas “*ativo*”. E a sociedade civil, mantendo o *status* de uma terceira esfera entre o Estado e o mercado, deve fortalecer a ética nas relações sociais, transmitindo valores de solidariedade, e exercer a função educadora junto à camada mais pobre da classe trabalhadora para formar uma “*consciência cívica*” necessária à sua participação nos processos decisórios locais, visando à aplicação do potencial produtivo que ainda dispõe.

A concepção de “*capital social*” do Banco Mundial estabelece uma relação de reciprocidade entre a “*teoria do capital humano*” e a “*teoria do capital social*”. Conforme colocado pela equipe do Banco Mundial (2004): “*Sem participação ampla, sem mais capital humano e capital social, é improvável que o desenvolvimento seja rápido e sustentável*”¹²⁵.

Investir em pessoas, na capacitação da força de trabalho mais competitiva, reflete na melhoria das condições de trabalho e no aumento da produtividade que, conseqüentemente, vão refletir na melhoria da qualidade de vida do indivíduo e de sua família, reduzindo os “*problemas sociais*”, uma vez que se desenvolve a capacidade de controlar os “*ativos*” sociais, ou de gerar “*capital social*”. Assim como também o desenvolvimento das capacidades de controlar os “*ativos*” sociais, de associação, de participação e de formação de redes solidárias pode ampliar as oportunidades de inserção no mercado das camadas mais pobres. Essas capacidades estimulam e oportunizam o investimento no capital humano e as incitam a participar do mercado, “*agarrando*” as oportunidades oferecidas “*de usar a sua reserva mais abundante: a mão-de-obra*” (estratégia sugerida no Relatório sobre o Desenvolvimento Mundial 1990, BIRD, 2000)¹²⁶, dando voz e poder de decisão sobre a definição de suas necessidades, de forma a promover a liberdade de escolha sobre a sua capacidade produtiva.

No caso específico das camadas mais pobres, a construção de “*capital social*” exige a elevação de seu nível de instrução (básico) e o desenvolvimento de programas que visem capacitá-las a participarem das decisões comunitárias sobre as formas de gerar capital financeiro e físico com a “*formação de dirigentes*”, como sugerem os cepalinos, ou com a formação de redes associativas, como aponta a equipe do Banco Mundial.

Do ponto de vista de Putnam¹²⁷, uma rede de colaboração entre os indivíduos e entre instituições em uma “*comunidade*

cívica” não possui cunho legal, e sim moral. Nesse sentido, a formação dessa rede de colaboração requer a construção de uma “*cultura cívica*”; requer um processo educativo mais amplo. Como a proposta de gerar capital social inserida nas “*políticas de desenvolvimento do milênio*” não trata de políticas de redução de desigualdades estruturais, mas de políticas de controle das conseqüências extremas do capitalismo mundializado, através do reaproveitamento dos fartos recursos humanos que foram disponibilizados, entende-se que esta concepção insere um processo de educar para o conformismo.

Na passagem do novo milênio ou pós-crise dos anos 1990, para reassumir a direção político-cultural do projeto neoliberal sob novas bases ideológicas, era necessário “*educar o consenso*”, como identifica Neves (2005)¹²⁸. É necessário educar para o conformismo para dar conta do impasse criado pelo aumento da pobreza em meio à abundância da capacidade produtiva. Trata-se de um tipo de educação para o conformismo que encontra terreno fértil na atual conjuntura, na qual se tenta instaurar a “*paralisia da sociedade civil*” e a impotência dos Estados diante “*dos interesses e estruturas transnacionais*” (FIORI, 2003)¹²⁹, dos detentores do mercado internacional e das intervenções “*orientadoras*” dos organismos multilaterais. A formação de consensos encobre em seu “*conteúdo*” a “*forma*” ideológica que a configura. Nesse sentido, entende-se que a incorporação da ideologia do “*capital social*” nas “*políticas de desenvolvimento do milênio*” vão configurar ajustes no plano superestrutural, isto é, trata-se de um processo hegemônico de função de direção intelectual e moral, necessários à manutenção do regime de acumulação rentista na virada do milênio.

CONCLUSÃO

Ao se apresentar como um mecanismo que possibilita o desenvolvimento econômico e social pautado na solidariedade, a “*teoria do capital social*” de Putnam foi ao encontro das preocupações dos setores dominantes com a “*crise de governabilidade*” que se instaurou no fim do século XX e que pôs em risco a hegemonia neoliberal e a capacidade de reprodução do capital, dentro do regime de acumulação de predominância rentista.

A “*teoria do capital social*” de Putnam oculta a natureza conflitual de classes, mais do que isso, considera que o conflito é improdutivo no processo de desenvolvimento de um bem-estar material e social para o coletivo; exalta a “*cultura cívica*” ou a construção de uma “*comunidade cívica*” solidária, harmônica, com fortes laços de confiança intersubjetivos e institucionais como estratégia de enfrentamento da “*questão social*”.

Putnam¹³⁰ estabelece uma dicotomia entre Estado e sociedade civil. Estado e sociedade civil são duas esferas de natureza diferenciada, que, em um nível ideal, utópico, se relacionam entre si através da reciprocidade e da cooperação. Sua concepção de Estado é instrumental. Trata-se de um conjunto de instituições de caráter público e coercitivo; o poder é a capacidade repressiva do Estado e a política refere-se ao conjunto de atividades realizadas para obter ou manter o controle do Estado. Sociedade civil,

• • •

*a incorporação da
ideologia do “capital
social” nas “políticas de
desenvolvimento do milênio”
vão configurar ajustes no
plano superestrutural, isto
é, trata-se de um processo
hegemônico de função de
direção intelectual e moral,
necessários à manutenção
do regime de acumulação
rentista na virada do milênio.*

para Putnam¹³¹, é um espaço não politizado, marcado pelo livre associativismo, com o objetivo de atingir as metas de interesse específico de um grupo, ou do coletivo associado, alheia aos interesses de classe. A associação civil é vista em contraposição às formas de associação político-partidária, sem qualquer vínculo ideológico. A função atribuída à sociedade civil, enquanto uma esfera social de livre associação voluntária dos indivíduos, é a de guardião do Estado. Este, na condição de instituição criada para atender de forma eficiente as demandas sociais, deve ser controlado, não só para que cumpra o atendimento das demandas sociais, mas principalmente para que seja impulsionado a exigir o bom desempenho das instituições públicas. Para que isso ocorra, é necessário desenvolver um tipo de comportamento social de cooperação e confiança entre os indivíduos, as comunidades e as instituições, que se daria através da disseminação de valores de solidariedade, de sentimento de prosperidade e de coesão social, da “*cultura cívica*”, visando à ampliação das oportunidades de gerar capital, integrando capital financeiro e material com o “*capital social*”, tornando a dimensão econômica mais humana. É o grau de desenvolvimento do “*capital social*” de uma determinada sociedade que vai permitir o sucesso dessa relação entre a esfera estatal e a sociedade civil.

Tratam-se de princípios educativos para a formação de um tipo de homem (solidário e conformado) e de um tipo de sociedade (colaboradora e não conflitiva) que os países, principalmente

Esse modelo idealizado de “sociedade solidária” evita o conflito, educa para a tolerância e para a confiança mútua; estimula esforços conjuntos para superar os infortúnios causados pelo aumento da pobreza, da desigualdade e do desemprego



os países de “capitalismo dependente”, que apresentam acentuados níveis de desigualdade social, devem construir como caminho possível para gerar crescimento econômico e social.

Nessa perspectiva, é uma “arma poderosa nas mãos de forças conservadoras”, como bem colocou Semeraro¹³², mas não só por ocultar o caráter de conflito de classe, mas fundamentalmente por instaurar o conformismo.

A saída para a solução das mazelas sociais advindas do capitalismo mundializado apontada pelos organismos internacionais é formar forças sociais beneficentes (indivíduos associados conscientes civicamente) que, articuladas com o Estado na implementação das metas estabelecidas pelo governo, facilitem “ações coordenadas”. Os organismos multilaterais, em parcerias com as organizações da sociedade civil, devem financiar programas e projetos que atuem diretamente nas esferas microsociais e individual, visando uma reforma intelectual e moral para o enfrentamento da “questão social”. Para tal, torna-se necessário construir, em conjunto com as organizações da sociedade civil e com seus membros civicamente participativos, um Estado “inteligente” ou “ativo”, no sentido de promover a harmonia entre o Estado, o mercado e a sociedade civil, com instituições descentralizadas, fortes, sensíveis às demandas da comunidade e eficaz na administração do precário recurso disponível.

Esse modelo idealizado de “sociedade solidária” evita o conflito, educa para a tolerância e para a confiança mútua; estimula esforços conjuntos para superar os infortúnios causados pelo aumento da pobreza, da desigualdade e do desemprego; identifica o problema e a possível superação, baseado na “vocação produtiva” de cada grupo, comunidade ou zona de pobreza localizada, promovendo a oportunidade de cada um desenvolver suas capacidades produtivas, ou aliviando o problema com políticas de ação afirmativa e compensatória.

A ideologia disseminada é a de que somente através de uma sociedade harmônica, não-conflitiva, que colabore solidariamente com o desenvolvimento comunitário, os países de “capitalismo dependente” podem reduzir suas zonas de pobreza e se desenvolverem econômica e socialmente. Os sistemas educacionais da idealizada “sociedade solidária” devem transmitir “mensagens culturais” que reforcem, não mais as ideologias de competitividade, individualidade e empregabilidade como fora nos anos 1980-90, mas de solidariedade, cooperação, autonomia produtiva, de bem-estar coletivo. Deve-se construir um consenso em relação à necessidade de se manter a “coesão social” para o enfrentamento dos riscos que impõe a economia globalizada. Para tal, o país deve construir estabilidade econômica e política e estimular a “cultura da paz” ou ficará “fora da história”.

A atual conjuntura impõe um grande desafio na disputa pela hegemonia e no confronto com o capitalismo: a supressão da condição econômica e “das ideologias parciais e falazes” da solidariedade, do tipo individualista-coletivo, e da “cultura da paz”. A necessidade imediata de sobrevivência de uma grande parcela de trabalhadores, empobrecida e descartada do mercado de trabalho, e sem possibilidade de retorno, e as condições a que são submetidos os países de “capitalismo dependente” dificultam apontar saídas. No entanto, embora não se tenha clareza do que está por vir, a compreensão da incapacidade civilizatória desse modo de produção, expressa na miséria, na violência, na degradação moral e do meio ambiente, tem sido cada vez mais ampliada. E a clareza desta incapacidade civilizatória pode suscitar os caminhos de sua superação; levar o trabalhador a “exercer sua direção político-cultural sobre o conjunto das forças sociais que, por essa ou aquela razão, desse ou daquele modo, se opõe ao capitalismo” (COUTINHO, 1999)¹³³.

NOTAS:

¹ Este artigo integra parte da tese de doutorado “Da ideologia do capital humano à ideologia do capital social: as políticas de desenvolvimento do milênio e os novos mecanismos hegemônicos de educar para o conformismo”, defendida no Programa de Pós-graduação em Serviço Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro/RJ, 2007.

² SUNKEL, Guillermo. La pobreza en la ciudad: capital social y políticas públicas. In: ATRIA, Raúl; SILES, Marcelo; ARRIAGADA, Irma et al. (Comps.), **Capital social y reducción de la pobreza en América Latina y el Caribe: en busca de un nuevo paradigma**. Santiago do Chile: Comisión Económica para América Latina y el Caribe, 2003. Livro nº 71 (Parte 3 - Capital social, pobreza y políticas públicas, cap. 9, p. 303-338).

³ A expressão “capitalismo dependente” encontra-se entre aspas por estar fazendo referência à categoria desenvolvida por Florestan Fernandes.

⁴ É importante destacar que a inserção do Brasil na economia globalizada, assim como a de outros países da América Latina, não se deu através do convencimento da retórica de que estaríamos vivendo novos tempos e, com isso, era necessário modernizar nossas bases políticas e econômicas. Ela foi condicionada à renegociação da dívida externa junto ao Fundo Monetário Internacional (FMI), seguindo os critérios e determinações definidos no “Consenso de Washington”: abertura dos mercados, privatização, redução dos gastos públicos na esfera social, flexibilização das leis trabalhistas, entre outras.

⁵ CHOSSUDOVSKY, Michel. **A globalização da pobreza: impactos das reformas do FMI e do Banco Mundial**. São Paulo : Moderna, 1999.

- ⁶ GRAMSCI, Antonio. **A questão meridional**. Seleção e Introdução Franco de Felice e Valentino Parlato; Trad. de Carlos Nelson Coutinho e Marco Aurélio Nogueira. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.
- ⁷ GRAMSCI, A. **Cadernos do cárcere**. Maquiavel, notas sobre o estado e a política. Edição e tradução Carlos Nelson Coutinho; co-edição, Luiz Sérgio Henriques e Marco Aurélio Nogueira. Rio de Janeiro : Civilização Brasileira, 2000. v.3; **Cadernos do Cárcere**. V.1. *Introdução ao estudo da filosofia, a filosofia de Benedetto Croce*. Edição e tradução Carlos Nelson Coutinho; co-edição, Luiz Sérgio Henriques e Marco Aurélio Nogueira. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999.
- ⁸ Robert Putnam é pesquisador americano, professor da Universidade de Harvard. Sua abordagem de “*capital social*” foi construída com a pesquisa sobre o desempenho institucional dos governos regionais da Itália moderna. Obra de referência: “**Comunidade e Democracia**: a experiência da Itália moderna”, publicada pela Fundação Getúlio Vargas, em 1996 (em 2002 estava na 3ª edição); nos Estados Unidos foi publicada em 1993, pela Princeton University Press, com o título “**Marking democracy work**: civic traditions in modern Italy”.
- ⁹ D'ARAÚJO, Maria Celina. **Capital social**. Rio de Janeiro : Zahar, 2003. p. 8. (Col. Passo a Passo, 25).
- ¹⁰ MARX, Karl. **O Capital**: crítica da economia política. 18 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002. Livro I, v. 2. p. 749.
- ¹¹ POLANYI, K. **A grande transformação**: as origens da nossa época. 2.ed. Rio de Janeiro : Elsevier, 2000.
- ¹² PUTMAN, Robert. **Comunidade e democracia**: a experiência da Itália moderna. Rio de Janeiro : FGV, 2002.
- ¹³ **Id. ibid**
- ¹⁴ **Id. Ibid.**, p.32
- ¹⁵ **Id. ibid.**, p. 101.
- ¹⁶ **Id. ibid.**, p. 104.
- ¹⁷ **Id. ibid.**, p. 23.
- ¹⁸ **Id. ibid.**
- ¹⁹ **Id. ibid.**, p. 24.
- ²⁰ **Id. ibid.**
- ²¹ **Id. ibid.**
- ²² **Id. ibid.**, p. 190.
- ²³ **Id. ibid.**, p. 191.
- ²⁴ **Id. ibid.**, p. 177.
- ²⁵ **Id. ibid.**
- ²⁶ **Id. ibid.**, p. 190-191.
- ²⁷ **Id. ibid.**, p. 186.
- ²⁸ Para Gramsci, o início da elaboração crítica é a consciência daquilo que somos realmente. Isto é, um “conhece-te a ti mesmo” como produto do processo histórico.
- ²⁹ PUTMAN, Robert (2002), **op.cit.**, p.186.
- ³⁰ **Id. ibid.**, p.192.
- ³¹ **Id. ibid.**, p.103.
- ³² **Id. ibid.**
- ³³ Na análise sobre o *Risorgimento*, Gramsci introduz o termo “*revolução-restauração*” (ou “*revolução passiva*”) para indicar que, no processo de desenvolvimento das forças produtivas, conservam-se elementos atrasados das relações sociais.
- Trata-se de uma categoria de Gramsci que muito contribuiu, e ainda contribui, nas análises e estudos sobre o processo de desenvolvimento das forças produtivas em países nos quais a formação do capitalismo foi tardia.
- ³⁴ COUTINHO, Carlos Nelson. **Gramsci**: um estudo sobre seu pensamento político. Rio de Janeiro : Civilização Brasileira, 1999. p. 67.
- ³⁵ **Id. ibid.**
- ³⁶ **Id. ibid.**
- ³⁷ **Id. ibid.**
- ³⁸ **Id. ibid.**
- ³⁹ **Id. Ibid.**
- ⁴⁰ **Id. ibid.**
- ⁴¹ GRAMSCI, A. (2000), **op. cit.**
- ⁴² **Id. ibid.**, p. 40.
- ⁴³ COUTINHO, Carlos Nelson.(1999), **op. cit.**, p. 68.
- ⁴⁴ DURKHEIM, E. **Da divisão do trabalho social**. 2. ed.. São Paulo: Martins Fontes, 2004 (Col. Tópicos).
- ⁴⁵ Chesnais (1996) introduz o termo “*mundialização*” do capital em detrimento ao de “*globalização*” porque considera que este último, bem como outros adjetivos atribuídos a ele, foram popularizados de forma que “*cada qual pode empregá-lo exatamente no sentido que lhe for conveniente, dar-lhes o conteúdo ideológico que quiser*”, além de introduzir com mais força a idéia e as dimensões incorporadas nesse processo, que não se refere somente às atividades dos grupos empresariais e aos fluxos comerciais, mas inclui também a globalização financeira. CHESNAIS, François. **A mundialização do capital**. São Paulo: Xamã,1996. p. 24; 29.
- ⁴⁶ MOISÉS, José Álvaro. Cidadania, confiança e instituições democráticas. **Revista Lua Nova**, São Paulo : Cedec, 2005. p. 71-94. (Centro de Estudos de Cultura Contemporânea),
- ⁴⁷ **Id. ibid.**, p. 79.
- ⁴⁸ **Id. ibid.**, p. 78.
- ⁴⁹ **Id. ibid.**
- ⁵⁰ SEMERARO, Giovanni. **Gramsci e a sociedade civil**: cultura e educação para a democracia. 2 ed. Petrópolis : Vozes, 2001.
- ⁵¹ **Id. ibid.**, p. 261.
- ⁵² **Id. ibid.**, p. 260.
- ⁵³ **Id. ibid.**, p. 262.
- ⁵⁴ GRAMSCI, Antonio (1999). **op. cit.**, p.140.
- ⁵⁵ COUTINHO, Carlos Nelson.(1999), **op. cit.**
- ⁵⁶ **Id. ibid.**, p.112-113
- ⁵⁷ GRAMSCI, A. (1999), **op. cit.**
- ⁵⁸ **Id. ibid.**, p.128.
- ⁵⁹ **Id. ibid.**
- ⁶⁰ **Id. ibid.**, p.130.
- ⁶¹ MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A ideologia alemã**. Introdução Jacob Goreneder; trad. Luis Cláudio de Castro e Costa. São Paulo: Martins Fontes, 2002.
- ⁶² No sentido “de unidade de fé entre uma concepção do mundo e uma norma de conduta adequada a ela”. GRAMSCI, A. (1999), **op. cit.** p. 96.
- ⁶³ **Id. ibid.**, p.387.

- ⁶⁴ **Id. ibid.**
- ⁶⁵ **Id. ibid.**, p.96.
- ⁶⁶ Para Gramsci (1999), **op. cit.**, p. 95, “toda linguagem contém elementos de uma concepção de mundo e de cultura”.
- ⁶⁷ **Id. ibid.**
- ⁶⁸ **Id. ibid.** p. 93-94.
- ⁶⁹ **Id. ibid.**
- ⁷⁰ **Id. ibid.**, p.94.
- ⁷¹ **Id. ibid.**
- ⁷² **Id. ibid.**
- ⁷³ **Id. ibid.** Ação, para Gramsci, é sempre uma ação política.
- ⁷⁴ GRAMSCI, A. (2000), **op. cit.**, p. 271.
- ⁷⁵ **Id. ibid.**, p.28.
- ⁷⁶ Gestão de McNamara no Banco Mundial, entre 1971-1980. Ver LEHER, Roberto. **Da ideologia do desenvolvimento à ideologia da globalização: a educação como estratégia do Banco Mundial para o “alívio da pobreza.** São Paulo, 1998. Tese (Doutorado em Educação) - Programa de Pós-graduação em Educação, USP, 1998.
- ⁷⁷ “*Teoria do capital humano*”. A “teoria do capital humano” foi incorporada na teoria econômica moderna por Jacob Mincer e popularizada por Schultz e Becker nas décadas de 1950-60. A idéia fundamental da teoria é que o *trabalho*, mais do que um fator de produção, é um tipo de capital: *capital humano*. Esse capital é tão mais produtivo quanto maior for sua qualidade. Essa qualidade é dada pela intensidade de treinamento científico-tecnológico e gerencial que cada trabalhador adquire ao longo de sua vida. A qualidade do capital humano não apenas melhora o desempenho individual do trabalhador – tornando-o mais produtivo – como é um fator decisivo para gerar riqueza, crescimento econômico do país e de equalização social.
- ⁷⁸ COUTINHO, Carlos Nelson. **Intervenções: o marxismo na batalha das idéias.** São Paulo : Cortez, 2006.
- ⁷⁹ Ver MONTAÑO. **Terceiro setor e questão social: crítica ao padrão emergente de intervenção social.** São Paulo: Cortez, 2002; COUTINHO, Carlos Nelson.(2006), **op. cit.**
- ⁸⁰ NOGUEIRA, M. A. As três idéias de sociedade civil, o Estado e a politização. In: COUTINHO, C. N.; TEIXEIRA, A.P. (Org.) **Ler Gramsci, entender a realidade.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. p.223
- ⁸¹ **Id. ibid.**, p.219.
- ⁸² COLEMAN, J. **Foundations of social theory.** Havard : Havard University Press., 1990. Ele é citado pelo próprio Putnam quando em sua definição sobre capital social.
- ⁸³ KLIKSBERG, Bernardo; TOMASSINI, Luciano. **Capital social y cultura: claves estratégicas para el desarrollo.** 3ª ed. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica de Argentina, 2000. Principalmente Kliksberg tem contribuído significativamente com a difusão do tema.
- ⁸⁴ Mais exatamente em sua obra “**Confiança: valores sociais & criação de prosperidade**”. Lisboa: Gradiva, 1996.
- ⁸⁵ ATRIA, Raúl; SILES, Marcelo; ARRIAGADA, Irma; *et al.* (Compl.) **Capital social y reducción de la pobreza en América Latina y el Caribe: en busca de un nuevo paradigma.** Santiago del Chile : Comisión Económica para América Latina y el Caribe, 2003. Livro n. 71.
- ⁸⁶ ROBISON, L. J., SILES, M. E.; SCHMID, A. A. El capital social y la reducción de la pobreza: hacia un paradigma maduro. In: ATRIA, Raúl; SILES, Marcelo; ARRIAGADA, Irma *et al.* (Comps.). **Capital social y reducción de la pobreza en América Latina y el Caribe: en busca de un nuevo paradigma.** Santiago del Chile : Comisión Económica para América Latina y el Caribe, 2003. Livro n. 71, Parte 2, Capital social y pobreza: el marco analítico, cap. 3, p. 51-113.
- ⁸⁷ “*Capital social e redução da pobreza: o ponto de vista da CEPAL*”, resenha da obra ATRIA, Raúl; SILES, Marcelo; ARRIAGADA, Irma; ROBISON, Lindon *et al.* (Comps.). **Capital social y reducción de la pobreza en América Latina y el Caribe: en busca de un nuevo paradigma.** Santiago del Chile : Comisión Económica para América Latina y el Caribe, 2003. Elaborada pela autora na **Revista de Sociologia Política**, Curitiba, 21, p.187-190, nov., 2003. p.187.
- ⁸⁸ OCAMPO, José Antonio. Capital social y agenda del desarrollo. In: ATRIA, Raúl, SILES, Marcelo, ARRIAGADA, Irma *et al.* (2003). **op.cit.** Também contribuiu com a obra do BID, **Para salir de la pobreza: el enfoque del Banco Interamericano de Desarrollo para reducir la pobreza.** Washington : BID, 1998, com um artigo “**Desenvolvimento econômico e inclusão social**” (p.33-40).
- ⁸⁹ **Id. ibid.**, p. 26.
- ⁹⁰ ROBISON, L. J., SILES, M. E.; SCHMID, A. (2003). **op. cit.**
- ⁹¹ **Id. ibid.**, p. 55.
- ⁹² OCAMPO, José Antonio. (2003), **op. cit.**, p. 26.
- ⁹³ ROBISON, L. J., SILES, M. E.; SCHMID, A. (2003). **op. cit.**
- ⁹⁴ O que coincide com a visão do Banco Mundial em relação ao relatório “*Voices dos pobres: Brasil – Relatório Nacional*”. (Relatório participativo sobre a pobreza preparado para o *Poverty Reduction and Economic Management Network*), Washington, USA. Maio de 2000. Disponível em: <http://siteresources.worldbank.org/INTPOVERTY/Resources/335642-1124115102975/1555199-1124138866347/brazilpr.pdf> > Acesso em: 10/05/08.
- ⁹⁵ FUKUYAMA, Francis. **Construção de Estados: governo e organização no século XXI.** Rio de Janeiro: Rocco, 2005. p. 9.
- ⁹⁶ ROBISON, L. J., SILES, M. E.; SCHMID, A. (2003). **op. cit.**, p. 109.
- ⁹⁷ Sobre essa questão, embora na especificidade do debate sobre a profissionalização docente, ver SHIROMA, E. O.; EVANGELISTA, O. **A colonização da utopia nos discursos sobre profissionalização docente.** Santa Catarina: UFSC, 2004. Projeto Integrado de Pesquisa Profissionalização e Gerencialismo na Educação, Departamento de Estudos Especializados em Educação do Centro de Ciências da Educação e do Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Federal de Santa Catarina.. Mimeo.
- ⁹⁸ **Id. Para salir de la pobreza: el enfoque del Banco Interamericano de Desarrollo para reducir la pobreza.** Washington, USA: BID, 1998. p.7
- ⁹⁹ **Id. Los objetivos de desarrollo del milenio en América Latina y el Caribe: retos, acciones y compromisos.** Washington, USA: BID, 2004. p. 5
- ¹⁰⁰ **Id. Reducción de la pobreza y fortalecimiento del capital social y la participación: la acción reciente del Banco Interamericano de Desarrollo,** Santiago del Chile, 2001. p. 9.
- ¹⁰¹ **Id.** (2004), **op. cit.**, p. 6.
- ¹⁰² **Id. ibid.** p. 4.
- ¹⁰³ **Id. ibid.**
- ¹⁰⁴ **Id. ibid.** p.5
- ¹⁰⁵ **Id. ibid.**
- ¹⁰⁶ **Id. ibid.** Observa-se que tais colocações do BID têm forte influência dos trabalhos de Amartya Sen, assim como, incorporam o ponto de vista do Banco Mundial em relação a “*Voices dos Pobres*” e a ênfase no plano valorativo e cultural do capital social atribuído por Kliksberg, Tomassini e Fukuyama. BID. (2004).
- ¹⁰⁷ BID (2004), **op. cit.**, p. 7.

- ¹⁰⁸ BIRD. **Relatório de Progresso da Estratégia de Assistência ao País para a República Federativa do Brasil**. Washington : Banco Mundial, 2002.
- ¹⁰⁹ “por instituições sociais entendem-se os sistemas de parentesco, as organizações locais e as redes dos pobres”. BIRD. **Luta contra a pobreza**: relatório sobre o desenvolvimento mundial 2000/2001. Washington, USA : Banco Mundial, 2000, p.134.
- ¹¹⁰ BIRD, p. 10.
- ¹¹¹ **Id.** (2000), **op. cit.**
- ¹¹² **Id. ibid.**, p. 133.
- ¹¹³ **Id. ibid.**
- ¹¹⁴ BIRD (2002), **op. cit.**, p. 37.
- ¹¹⁵ **Id.** (2000). **op.cit.**, p. 136.
- ¹¹⁶ **Id. ibid.**
- ¹¹⁷ **Id. ibid.**
- ¹¹⁸ **Id. ibid.**, p.130.
- ¹¹⁹ BID (2004), **op. cit.**, p. 5.
- ¹²⁰ **Id. ibid.**, p. 52.
- ¹²¹ **Id. ibid.**
- ¹²² Sendo uma ameaça internacional, propostas de “*Luta contra a pobreza*” deixa de ser da competência exclusiva dos governos nacionais e passa a ser uma missão das organizações internacionais. Todos os aspectos da política interna dos países pobres, por apresentarem instituições e governança fracas, passam pelo controle das organizações de *Bretton Woods*. Em 2005, Paul Wolfowitz assumiu a presidência do Banco Mundial. Wolfowitz foi vice-secretário de Defesa na administração do presidente George W. Bush, em 2001-2005, assumindo atribuições que incluíam o controle do orçamento e o desenvolvimento de políticas para responder aos ataques terroristas de 11 de setembro de 2001. Segundo apresentação no site do Banco Mundial, Wolfowitz escreveu extensivamente sobre questões internacionais, diplomacia e segurança nacional, e foi conselheiro editorial da revista *Foreign Affairs*.
- ¹²³ Na concepção de Fukuyama, já no contexto do pós-11 de setembro, a pobreza é questão de segurança internacional. FUKUYAMA, Francis (2005), **op. cit.**, p.156-157.
- ¹²⁴ BIRD (2000), **op. cit.**, p. 200.
- ¹²⁵ **Id.** (2004), **op. cit.**, p. 5.
- ¹²⁶ BANCO MUNDIAL. Relatório sobre o desenvolvimento mundial, 1999/2000 : no limiar do século XXI. In: BIRD. **Luta contra a pobreza**: relatório sobre o desenvolvimento mundial 2000/2001. Washington : Banco Mundial, 2000, p. 31.
- ¹²⁷ PUTMAN, Robert (2002), **op. cit.**
- ¹²⁸ NEVES, Lucia M. W. (Org). **A nova pedagogia da hegemonia**: estratégias do capital para educar o consenso. São Paulo : Xamã, 2005.
- ¹²⁹ FIORI, José Luis. **O vôo da coruja**: para reler o desenvolvimentismo brasileiro. Rio de Janeiro : Record, 2003. p. 21-22.
- ¹³⁰ PUTMAN, Robert. (2002) **op. cit.**
- ¹³¹ **Id. ibid.**
- ¹³² SEMERARO, Giovanni. (2001)
- ¹³³ COUTINHO, Carlos Nelson (1999), **op. cit.**, p. 65.

ABSTRACT

Vânia C. Motta. *Social capital: is it a solution for globalized capitalism?*

This article discusses the “theory of social capital” as the new ideological basis for the “millennium development policies.” In the first part, a synthesis of the “theory of social capital” as developed by Robert Putnam is presented, as well as a brief analysis of his approach based on Gramsci, more specifically on his work “The Southern Question” and other contemporary authors. In a second part, Gramsci’s categories ideology and the state as educator are discussed, with the aim of indicating possible political and cultural implications of this type of approach to the current capitalist conjuncture, taking into account the purpose of educating for conformism. In a third moment, there is a discussion on how the main multilateral organizations incorporated elements of the “theory of social capital” into their specificities to guide and finance social policies.

Keywords: *Theory; Social Capital; Ideology; State as Educator; Conformism.*

RESUMEN

Vânia C. Motta. *“Capital Social”: ¿una solución para los males del capitalismo mundializado?*

Este artículo debate la “teoría del capital social” como una nueva base ideológica de “las políticas de desarrollo del milenio”. En la primera parte, se presenta una síntesis de la “teoría del capital social” desarrollada por Robert Putnam y un breve análisis de su abordaje apoyado en Gramsci, más específicamente en su obra “La cuestión Meridional” y en otros autores de actualidad. En la segunda parte se discuten las categorías: ideología y Estado educador en Gramsci, con el objeto de indicar las posibles implicaciones políticas y culturales de ese tipo de abordaje en la actual coyuntura del capitalismo, teniendo en cuenta la finalidad de educar para el conformismo. El tercer momento, trata sobre la manera en que los principales organismos multilaterales incorporan elementos de la “teoría del capital social” dentro de sus especificidades de orientación y financiación de políticas sociales.

Palabras clave: *Teoría; Capital Social; Ideología; Estado Educador; Conformismo.*